

O estudo da cadeia produtiva como premissa para o desenvolvimento regional

Jorge Bleicher

O desenvolvimento econômico é acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia. Os estudos de desenvolvimento econômico partiram da constatação da profunda desigualdade, de um lado, entre os países que se industrializaram e atingiram elevados níveis de bem-estar material, compartilhados por amplas camadas da população, e de outro, aqueles que não se industrializaram e por isso permanecem em situação de pobreza e com acentuados desníveis sociais (1). O desenvolvimento é sempre um processo dinâmico, caracterizado nas regiões pelos setores de ponta, contrastando com regiões de atraso relativo.

O desenvolvimento depende de novas combinações ou métodos diferentes de emprego do capital humano - investe-se em educação do capital humano - e da tecnologia (boa parte do crescimento econômico é explicado pela tecnologia). Estas novas combinações podem se dar pela introdução de uma nova cultura, de um novo método de produção (tecnologia), abertura de novos mercados ou nichos de mercado, redução de custos numa fonte de insumos ou sua substituição por outro insumo mais barato e eficaz e pela agregação de valor na produção de um determinado produto.

Uma das possibilidades de se identificarem novas combinações favoráveis ao desenvolvimento de uma zona agroecológica é o planejamento

normativo desta região. O planejamento normativo preocupa-se com os estados futuros desejados. A dimensão normativa trata de situações como: onde nós devemos ou onde queremos ir? A premissa é a de que podemos criar um futuro desejável, ou pelo menos influenciar o futuro a favor de valores desejáveis. A finalidade do planejamento normativo é especificar o futuro desejado do negócio agrícola na zona agroecológica.

O planejamento normativo de uma zona agroecológica depende de uma base de informações bastante ampla que se encontra no zoneamento agroecológico, no estudo das cadeias produtivas, na identificação dos sistemas produtivos de uma região e no cenário do negócio agrícola.

O negócio agrícola está voltado para a compreensão da dinâmica existente entre os sistemas do ambiente externo à cadeia de produção de um determinado produto. Assim, pode-se dizer que o negócio agrícola é usado para descrever a integração e a interdependência entre o setor produtivo, o mundo dos negócios, o governo e a ciência e tecnologia. Os indicadores das cadeias produtivas são os elementos do núcleo do negócio agrícola.

A construção de cenários dos negócios agrícolas aprimora o processo de decisão e capacita as organizações a lidar com a incerteza do futuro, considerando explicitamente situações futuras, diferente das tendências históricas que prevaleceram no passado (2).

Zoneamento agroecológico

O objetivo do zoneamento agroecológico e socioeconômico é o de identificar as unidades relativamente homogêneas sob o ponto de vista físico (clima, solo, geologia, etc.) biológico (vegetação) e socioeconômico (presença do homem e suas atividades) além da avaliação destas unidades com relação à sustentabilidade para usos específicos, numa região ou num Estado.

O Zoneamento agroecológico do Estado de Santa Catarina (Figura 1) foi elaborado a partir dos mapas climáticos e de informações de vegetação nativa original. Cada área identificada pressupõe um diferente potencial edafoclimático. Para facilitar a utilização deste trabalho foi feita uma descrição do potencial de aptidão de uso das terras para cada região/sub-região climática. As áreas das regiões/sub-regiões climáticas foram plotadas pelo Sistema Geográfico de Informações - GIS e as de aptidão de uso das terras em cada região/sub-região climática, por grade de pontos. Posteriormente foram feitos os ajustes proporcionais para se atingir a área oficial de 95.985km² do Estado. Como áreas urbanas foram incluídas apenas as maiores; como áreas de águas foram consideradas as maiores lagoas, e como áreas de preservação, as reservas federais, estaduais e algumas municipais, protegidas por lei (3).

Assim, cada zona agroecológica é

Desenvolvimento rural

uma área com certa homogeneidade caracterizando uma unidade ambiental. Esta unidade ambiental é a unidade básica de trabalho. Estas unidades servem como a primeira subdivisão do espaço agrícola, considerado o instrumento básico para a inserção dos componentes socioeconômicos. As cadeias produtivas e sistemas produtivos completam o triân-

gulo ecológico (Figura 2). A análise criteriosa da realidade agrícola em cada zona agroecológica permitirá o planejamento do seu desenvolvimento.

O zoneamento agroecológico tem a característica de ser determinístico quando se faz a inferência das espécies em relação à aptidão edafoclimática. É o instrumento que permite a

primeira seleção das espécies mais aptas àquele ambiente. Além disso, o zoneamento permite o planejamento racional e a sustentabilidade dos ecossistemas, a preservação de áreas ricas em termos de diversidade da flora e fauna e o diagnóstico da questão florestal do Estado em termos de tipificação climática e potencial futuro.

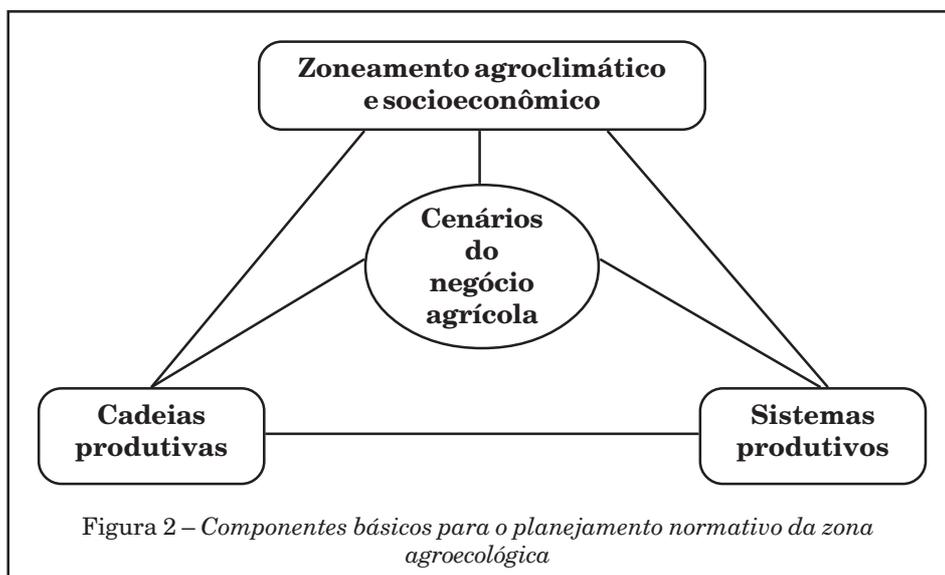
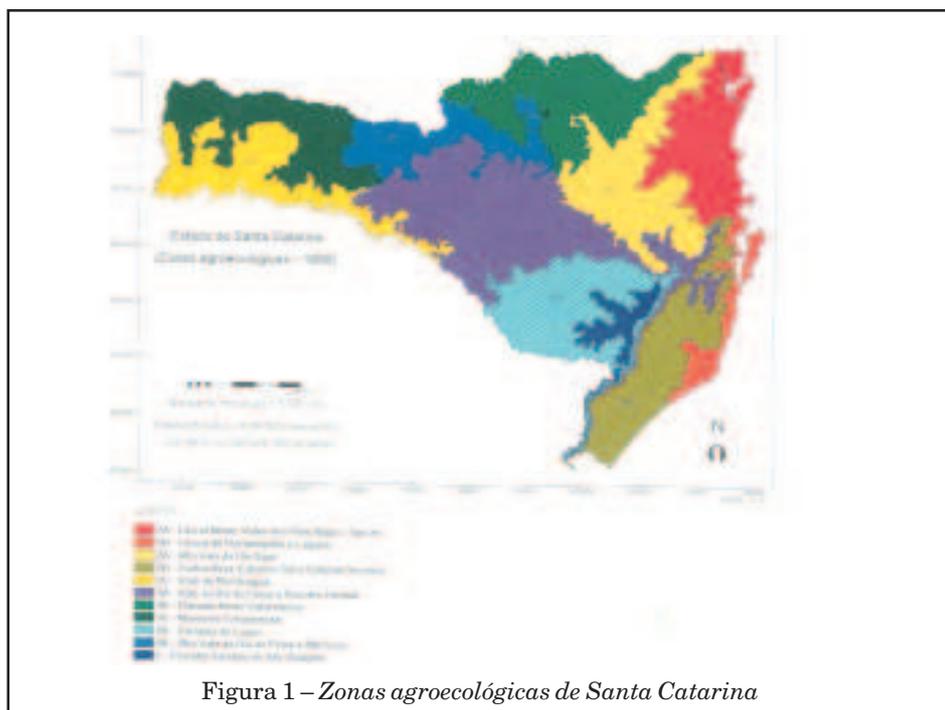
Cadeias produtivas

Uma cadeia produtiva pode ser representada por uma corrente ou fio ("filière", em francês), cujo elo inicial é o produtor e o final é o setor de comercialização nos diferentes mercados. Os agentes econômicos que constituem os elos da corrente podem estar articulados em torno de um produto ou dispersos, de acordo com o nível de estruturação da cadeia (Figuras 3 e 4).

A estrutura e o nível de articulação interna da cadeia representa um fator de competitividade. Nas cadeias estruturadas (Figura 3), as relações comerciais entre os elos, ou agentes econômicos, são extremamente fortes e a coordenação e o poder econômico são facilmente reconhecíveis. Uma cadeia desestruturada (Figura 4) e sem articulação interna é aquela que mantém uma fraca integração entre seus elos, tornando-se extremamente sensível às ameaças do mercado.

Portanto, as ameaças vindas do mercado consumidor influenciam a capacidade de sobrevivência das cadeias a médio e longo prazos, ou, no mínimo, sinalizam a necessidade de eventuais mudanças estruturais e/ou de articulação, introdução de novas tecnologias e/ou reorganização tecnológica.

As sucessivas etapas que se interrelacionam desde o produtor, passando pelo beneficiamento, pela industrialização, distribuição até a comercialização, representam a cadeia produtiva segundo o seu conceito original. Entretanto, para que uma cadeia esteja estruturada e seja competitiva ela necessita de agentes econômicos auxiliares, como produtores



Desenvolvimento rural

de sementes e mudas, indústria de tratores e colhedoras, fábricas de fertilizantes, defensivos e herbicidas, indústria de embalagens e refrigeração, entre outros. Portanto, no estudo das cadeias produtivas é necessário levar em consideração estes elos ou agentes econômicos auxiliares.

Nos países com fortes barreiras alfandegárias, inclusive para o setor agrícola, havia pouco interesse nos estudos das cadeias produtivas, pois atrás das tarifas escondia-se a ineficiência produtiva, muitas vezes regada a abundantes subsídios. Com a globalização da economia, abertura do mercado agrícola, queda das tarifas alfandegárias e corte de subsídios, a sobrevivência de uma cadeia produtiva ficou dependente da produtividade, da qualidade e da redução de custos em toda a corrente.

Este argumento é facilmente comprovado quando se observam produtos importados e nacionais nas prateleiras dos supermercados – o consumidor compara e considera que a queda de preços das mercadorias produzidas internamente não acontece no nível desejado e a qualidade muitas vezes deixa a desejar. O que ocorre pelo não-emprego total da tecnologia disponível e conseqüentemente o não-alcance da produtividade potencialmente desejável.

O Instituto Cepa de Santa Catarina, estudando o cenário agrícola para o início do século XXI, concluiu que, em função da integração regional, particularmente o Mercosul, Santa Catarina tem o seu mercado ampliado para os próximos anos para o fumo, suínos, aves, banana e mandioca e sofre concorrência mais acentuada em cebola, alho, uva/vinho, bovinos, lácteos e erva-mate. Sobre estes últimos pairam as ameaças do mercado livre.

As ameaças para a cadeia produtiva têm suas origens no mercado. O conhecimento do mercado é prioritário quando internamente ele é exporta-

do, isto é, a oferta supera a demanda interna. Caso contrário, se for importador, a prioridade é a competitividade da mercadoria produzida internamente, e, neste caso, geralmente a solução passa pela tecnologia. O saldo comercial em nível estadual ou regional é que dará as primeiras indicações da possibilidade de sobrevivência da cadeia a médio e longo prazos. Um produto que não tem mercado causará a miséria daqueles que o produzem. Se o saldo entre a oferta e a demanda for negativo, é importante a análise da competitividade potencial, do produto interno com o produto importado, para verificar a viabilidade de se buscar a auto-suficiência. Quando a produção interna for superior à demanda interna, pressupõe-se a busca de mercados externos em nível nacional e internacional. Somente após a identificação e quantificação do mer-

cado externo passa-se para o estudo da competitividade¹ do produto em relação a outros Estados e países e, naturalmente, em relação ao país importador, se for o caso.

É o mercado aberto, concorrente, que demanda cadeias produtivas estruturadas. Estas cadeias atendem aos anseios do consumidor, ofertando-lhe um produto diferenciado, de melhor qualidade e mais barato, e também dos agentes econômicos, diminuindo o grau de exposição ao risco de livre mercado.

Vê-se que o estudo de cadeias explicita a necessidade de conhecimentos e tecnologias visando reduzir o impacto das limitações nos seus elos e/ou a melhoria de sua qualidade e eficiência produtiva em benefício do produtor rural, consumidor e demais agentes econômicos.

Também observa-se que a cadeia estruturada e articulada tem a capaci-

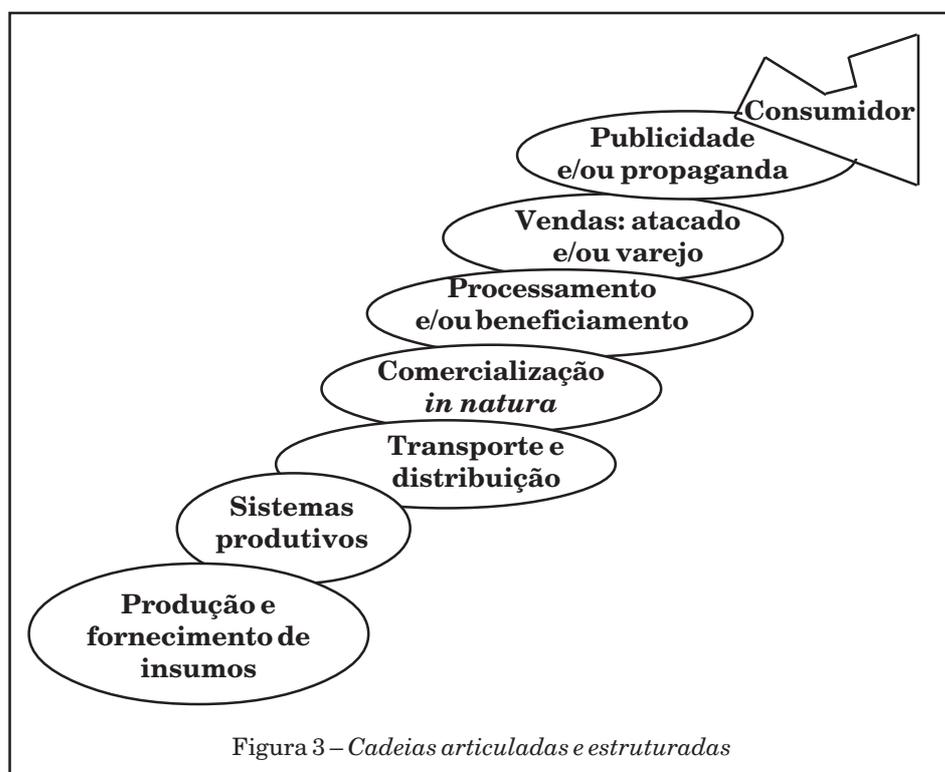


Figura 3 – Cadeias articuladas e estruturadas

1. Índice de competitividade: é o custo do produto para o consumidor dividido pelo custo para o varejista x produtividade por hectare, ou lucro bruto ao longo da cadeia produtiva/custos ao longo da cadeia x produtividade por hectare. Competitividade é o valor bruto alcançado pelo produto no final da cadeia produtiva dividido pelo custo do produto alcançado no final da cadeia produtiva. Por exemplo: o produto de Santa Catarina colocado no porto do país importador (como a Argentina) deverá ter um preço menor para o atacadista argentino do que o do produto colocado pelo Equador e a mesma qualidade.

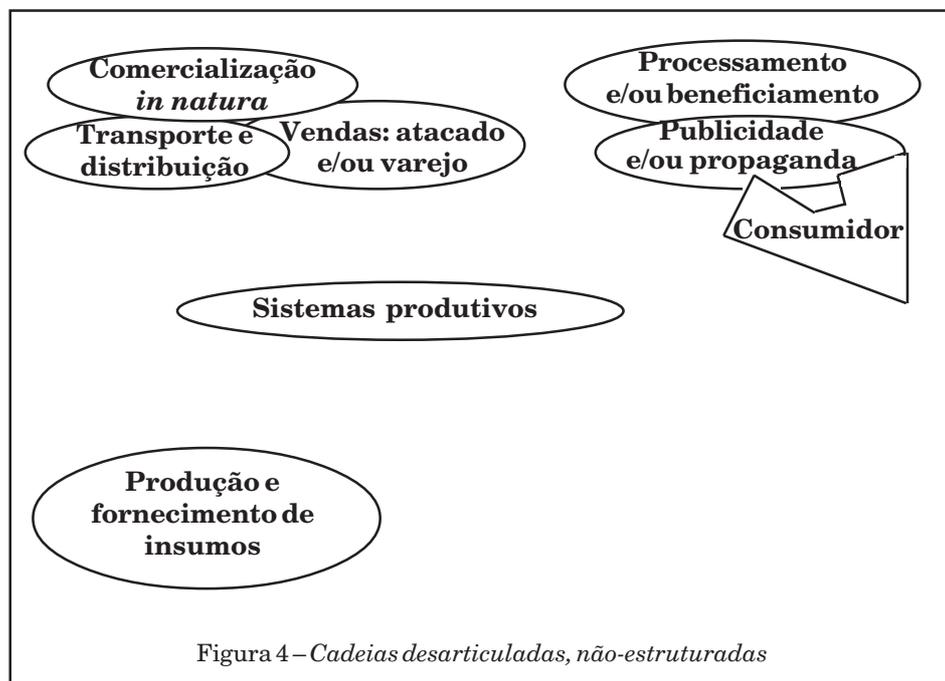


Figura 4 – Cadeias desarticuladas, não-estruturadas

dade de influenciar as tomadas de decisões nos centros de pesquisa e desenvolvimento, priorizando a geração de tecnologias para a cadeia de um determinado produto. Os resultados previstos na estruturação de uma cadeia são a minimização dos custos de produção e a redução dos custos de transação entre as diversas etapas de um processo produtivo, o que é traduzido por competitividade. A estruturação de uma cadeia produtiva é sinônimo de desenvolvimento econômico de uma região, redução do êxodo rural e uma melhor qualidade de vida para a família rural.

Os sistemas produtivos

Os sistemas produtivos são um dos elos mais importantes das cadeias produtivas. Um sistema produtivo é um conjunto de componentes que funciona como uma unidade de produção dentro de uma zona agroecológica. Em geral se pode definir um sistema produtivo como uma unidade com uma superfície móvel, controlada por um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, que tem um propósito agrícola.

Os objetivos principais do estudo dos sistemas produtivos são o de clas-

sificar dentro de uma zona agroecológica os tipos característicos de sistemas produtivos que a constituem e a renda destes sistemas produtivos. A predominância de um ou vários sistemas produtivos numa determinada zona agroecológica evidencia um ou vários públicos com um ou mais modelos de sustentabilidade. Este mosaico de públicos e modelos está inserido dentro de uma zona agroecológica, na qual a priorização da cadeia produtiva se faz necessária quando se pretende o desenvolvimento regional.

No gerenciamento dos sistemas produtivos, busca-se em geral maximizar a eficiência econômica do sistema produtivo para determinado cenário socioeconômico. Dessa forma, pode-se estender a definição de sistema produtivo como sendo “um conjunto de conhecimentos e tecnologias aplicados a uma população de vegetais e animais em determinado meio ambiente, de utilidade para o mercado consumidor, buscando atingir um dos objetivos descritos (3).

O grau de educação, o tamanho da propriedade agrícola, o local de residência, o acesso ao financiamento são

variáveis que, entre outras, estão relacionadas com a qualidade da tecnologia que é adotada pelos diversos segmentos de produtores.

A classificação dos sistemas produtivos (ou seja, a sua segmentação) em função das características socioeconômicas é desejável como forma de determinar a taxa de adoção de tecnologias. Entretanto, algumas outras características do sistema produtivo podem ser agregadas, como a renda da operação agrícola - ROA, que é igual à renda bruta menos os custos reais. É através da ROA que serão remunerados a mão-de-obra e o capital (4).

Análise da zona agroecológica

Uma vez tendo disponíveis as informações sobre o zoneamento agroecológico, as cadeias produtivas, os sistemas produtivos e os cenários do negócio agrícola, inicia-se o processo de análise.

A base do trabalho é a zona agroecológica e a composição da sua produção agropecuária. A configuração desse cenário envolve fundamentalmente o ordenamento das cadeias produtivas, indo do maior impacto ao de menor impacto, com base na descrição qualitativa dos indicadores, que eventualmente também podem ser transformados em quantitativos por meio de escores.

Analisando-se os impactos dos indicadores por atividade, descreve-se a situação projetada do negócio agrícola da zona nas condições otimizadas, isto é, solucionando todos os problemas das cadeias ecologicamente aptas. Visualiza-se assim quais são as ações e atividades a serem desenvolvidas para um futuro desejável.

Esta análise comparativa deve, obrigatoriamente, envolver:

- a partir do zoneamento agroecológico e socioeconômico da zona agroecológica, a lista das espécies climaticamente preferenciais para a zona agroecológica (já exploradas e potenciais);
- análise dos fatores críticos das cadeias preferenciais da zona (garga-

los tecnológicos, problemas intra-setoriais, restrições, mercados, competitividade, ameaças, pontos de germinação e tendências;

- informações de mercado sobre espécies não-exploradas com adaptação climática preferencial;

- a matriz de análise comparativa entre espécies exploradas e potenciais, segundo os fatores críticos das cadeias produtivas e os estudos de mercado;

- seleção das atividades mais promissoras sob o ponto de vista econômico, social e ambiental;

- seleção de áreas para preservação permanente;

- descrição das diretrizes para o desenvolvimento regional baseando-se na superação dos entraves à evolução do negócio agrícola da zona agroecológica.

Sistematicamente estes passos são mostrados na Figura 5.

Síntese: planejamento normativo

A configuração do planejamento normativo envolve fundamentalmente a descrição da situação projetada do negócio agrícola da zona agroecológica nas condições otimizadas, isto é, a visão de futuro para a zona agroecológica (qual será o seu negócio?).

O zoneamento agroecológico e a priorização das cadeias produtivas são, neste sentido, os melhores indicadores de quais as linhas de atividades

mais promissoras, de tal modo que o produtor possa adequar o seu sistema produtivo a uma nova realidade do ambiente externo, levando em conta principalmente o seu ambiente interno.

Literatura citada

1. SANDRONI, P. *Dicionário de economia e administração*. São Paulo: Nova Cultura, 1996. p.115.
2. EPAGRI. Zoneamento agroecológico e

socioeconômico de Santa Catarina. Florianópolis, 1998 (no prelo)

3. EMBRAPA/SSE. *Construção de cenários do negócio agrícola estadual - manual de orientação*. Brasília, 1995. 56p.
4. EPAGRI. *Manual de referências de administração rural 1993/94 e 1994/95 - vol.1: desempenho técnico e econômico de propriedades agrícolas e atividades*, SC. Florianópolis, 1997. 523p.

Jorge Bleicher, eng. agr., Dr., Cart. Prof. 4.167-D, Crea-SC, Epagri, C.P. 502, Fone (048) 239-5674, Fax (048) 239-5597, 88034-901 Florianópolis, SC.

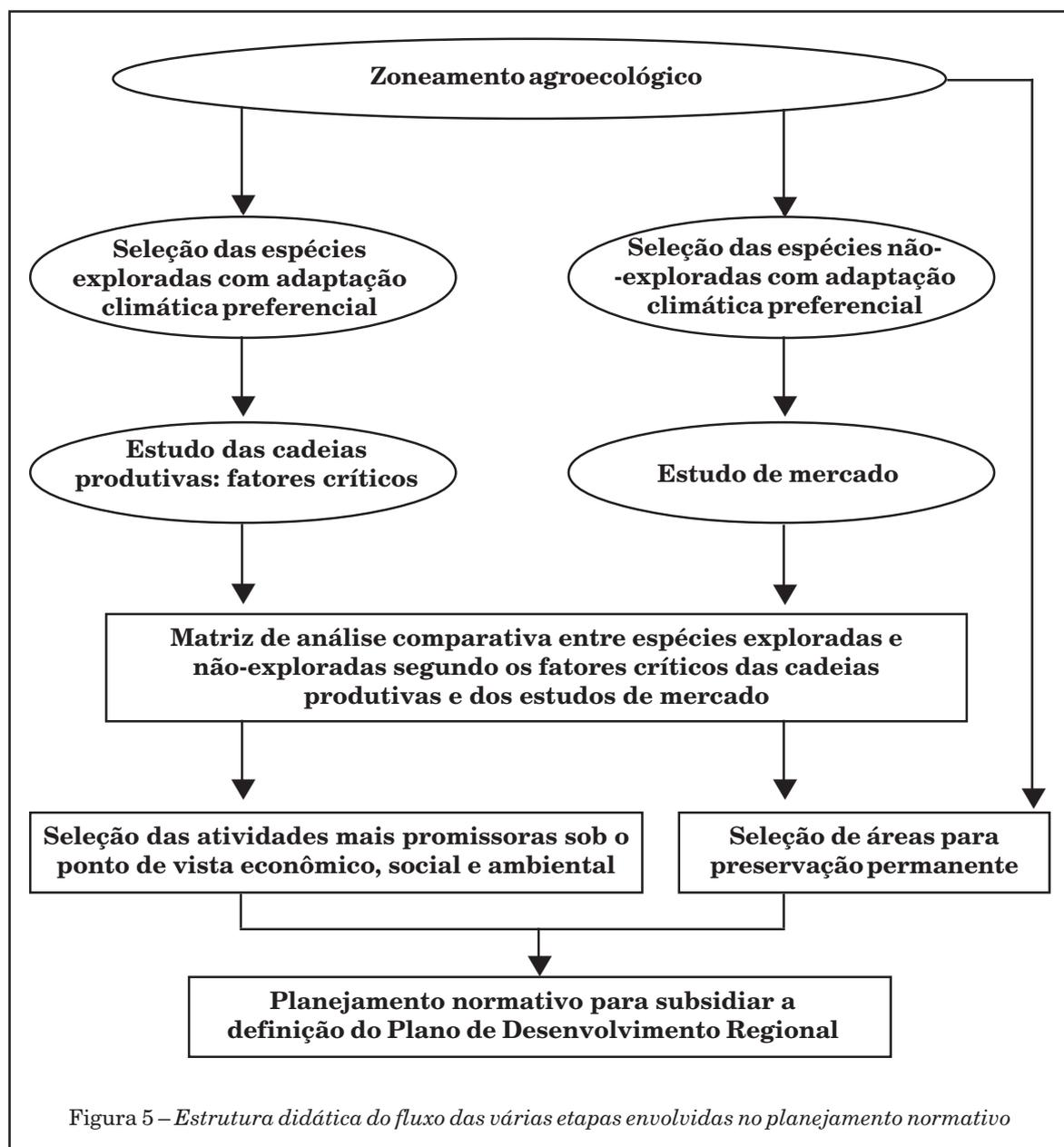


Figura 5 – Estrutura didática do fluxo das várias etapas envolvidas no planejamento normativo